

Comerciantes prevêem estabilidade

São Paulo — A inflação deve continuar resistindo à crise política, mantendo-se na faixa de 22%, enquanto as apurações da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) sobre as denúncias contra o empresário Paulo César Farias, o PC, não atingirem o presidente Fernando Collor, avalia Emílio Alfieri, assessor econômico da Associação Comercial de São Paulo. A queda do consumo provocada pela recessão, diz, não permite grandes avanços dos preços. "No momento, apesar da crise política, não há espaço para os preços subirem, porque quem aumentar muito não vende", afirma.

Dados da Associação Comercial comprovam a continuidade do encolhimento do mercado. As consultas ao Serviço de Proteção ao Crédito (SPC), que funcionam como

um indicador de vendas à vista do comércio paulistano, caíram 16,6% até 24 de junho, em relação a igual período do ano passado. O Telecheque, que indica as vendas a prazo, registrou um aumento de 26,8% no mesmo período, mas, explica Alfieri, esse crescimento não tem grandes reflexos sobre a perda de faturamento das lojas, porque a maior parte das compras é feita à vista, em operações de até cerca de Cr\$ 150 mil.

A crise política só influirá na inflação, na opinião de Alfieri, se atingir o Presidente da República, e, por extensão, a equipe econômica. "Se as apurações da CPI ficarem só na figura do PC e de outras pessoas fora do Governo, não há problema", avalia. O elo entre a crise política e a economia no mo-

mento, segundo ele, é o presidente Collor. "Se ele cair ou for obrigado a mudar a política econômica, chegaremos a um impasse muito sério e, aí, qualquer coisa pode acontecer".

Geraldo Gardenalli, presidente da Ordem dos Economistas do Estado de São Paulo, também não espera grandes surpresas quanto à inflação em junho, apesar da crise política. Isso porque, diz, o País tem um bom abastecimento agrícola, que evita especulações de preços, reservas cambiais próximas a US\$ 20 bilhões, que permitem ao Banco Central rechaçar especulações também com dólar e ouro, e a demanda continua retraída, evitando qualquer tentativa dos empresários de adotar margens de proteção para os preços.